

artigos

A PRAGMÁTICA DO DISCURSO DE FOUCAULT

Cecília de Sousa Neves¹

RESUMO: Objetiva-se esclarecer o horizonte no qual surge a análise pragmática do discurso de Foucault inserindo-a no percurso da reflexão filosófica acerca da linguagem, assim como seu significado e potencial político. Para isso nos serviremos principalmente das obras *A ordem do discurso* e *Arqueologia do saber*. O artigo compõe-se de duas partes: na primeira, inscreveremos Foucault no registro de duas grandes rupturas na investigação acerca da linguagem: a ruptura platônica com o pensamento pré-socrático e a ruptura operada por Saussure em relação à tradição; em seguida, esclareceremos o significado da análise do discurso de Foucault e como ela serve a um projeto político emancipador. Buscamos com isso reeditar o convite que esse filósofo fascinante ainda hoje nos endereça, a saber, o de adentrarmos na ordem arriscada do discurso que, embora tenha sido durante tanto tempo considerada pela tradição como o inimigo a ser abatido, não apenas obedece a leis e regularidades que ainda estão para serem descobertas como nos abre um mundo novo de possibilidades.

Palavras-chave: Discurso; Pragmática; Foucault.

ABSTRACT: This paper aims at clarifying the horizon in which the pragmatic analysis of Foucault's discourse arises, inserting it in the course of philosophical reflection on language, as well as its meaning and political potential. For this we will focus on the following Foucault's works: *The order of discourse* and *Archeology of knowledge*. This paper is composed of two parts: in the first part, we will register Foucault in the two major ruptures in the investigation of language: the Platonic rupture with pre-Socratic thought and the rupture operated by Saussure in relation to tradition; Then we will clarify the meaning of Foucault's discourse analysis and how it serves as an emancipatory political project. Thereby we intend to reissue the invitation that this fascinating philosopher still addresses to us, which is, the entering into the risky order of discourse that, although it has been for so long considered by tradition as an enemy to be slaughtered, not only obeys laws and Regularities that are yet to be discovered, as well as it opens to us a new world of possibilities.

Keywords: Discourse; Pragmatic; Foucault.

Introdução

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG. Bolsista Capes. E-mail de contato: cecilianeves2003@yahoo.com.br.

A reflexão acerca da linguagem, do seu estatuto e função ou posição em relação ao pensamento, conhecimento e à práxis confunde-se com a própria filosofia. Não por acaso a filosofia se concretiza na ruptura iniciada por Platão e sistematizada por Aristóteles com o discurso dos pré-socráticos, poetas e sofistas gregos. Foucault² elabora essa ruptura em termos da instituição de uma nova e decisiva oposição entre discurso verdadeiro e falso. Se para os poetas gregos o discurso verdadeiro – desejável e investido pelo poder não somente de anunciar, mas realizar o destino e provocar a adesão – consistia no ato ritualizado de enunciação, de modo que a linguagem se identificava com a realidade, característica de uma perspectiva ontológica da linguagem, a partir de Platão um discurso verdadeiro diz respeito à justeza ou exata aplicação dos nomes, ou seja, desloca-se para o enunciado, o qual tem o papel de traduzir (ou intermediar por meio de signos) o pensamento, caracterizando, portanto, uma perspectiva instrumental da linguagem. O movimento que funda as bases ou o *mainstream* da ordem do discurso filosófico ocidental, ou seja, que delineia, nos termos foucaultianos uma “vontade de saber” cujas características gerais ainda hoje nos determina, consiste nesta reconfiguração da relação entre linguagem e realidade. Assim, toda a tradição do pensamento ocidental pode ser lida enquanto resposta a essa racionalização do discurso operada pelo platonismo, ou seja, “propondo uma verdade ideal como lei do discurso e uma racionalidade imanente como princípio de seu desenvolvimento”³.

A ideia quixotesca de que a formalização do discurso promove sua depuração do lastro do desejo e do poder, da contingência e relatividade, tem como principal consequência a supressão da realidade do discurso. Esta negação da realidade específica do discurso, seu afastamento da contingência das práticas como seu princípio constituinte, como indicamos, tomará muitas formas na história do pensamento e da filosofia. Em relação à filosofia, podemos falar de dois caminhos principais: o primeiro e hegemônico, diz respeito àquele que reforça essa supressão através de que Foucault denomina como uma filosofia do idêntico, que defende uma providência pré-discursiva do sentido, o destino da racionalidade ou teleologia do devir, uma história contínua, o retorno compulsivo às origens, as totalizações e uma filosofia do sujeito; o segundo, marginal e maldito, visa desvelar a ilegitimidade e arbitrariedade dessa construção através da análise do mecanismo próprio da linguagem, em nome de uma filosofia da diferença, cuja principal característica é o descentramento face à soberania do sujeito e as figuras gêmeas

² FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.13.

³ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.43.

da antropologia e do humanismo. É nesta segunda via aberta pela crítica radical de autores como Nietzsche, Artaud e Bataille que se inscreve a análise pragmática do discurso de Foucault. Análise que, por sua vez, elege um ponto de partida original para a abordagem filosófica acerca da linguagem: não o pensamento, como fez a tradição, nem a linguagem, como fez Saussure, mas o espaço contingente em que desenvolvem os acontecimentos discursivos. Foucault visa desvelá-los em sua pureza, sem a mediação de operadores de síntese e/ou psicológicos a serviço da continuidade e identidade, a fim de abrir novas potencialidades para a análise histórica dos discursos, tais como a descrição de outras formas de regularidade e jogos de relações.

Uma imagem singular que descreve muito bem o pensamento de Foucault é a de canteiro de obras. Na medida em que este pensamento se revela imperativamente experimental e ensaístico, Foucault nos adverte a possibilidade de que, ao final, “em lugar de dar fundamento ao que já existe, (...) sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um terreno ainda não esquadrinhado e na direção de um final que não é fácil prever”⁴. Esta observação importa na medida em que previne o leitor e o estudioso acerca do que se deve e não se deve esperar de sua obra: espere encontrar exemplos impressionantes de análises e críticas filosóficas apuradas e detalhadas, mas não espere respostas e teorias conclusivas e sistemáticas. Outra questão que orientará nosso exame é o fato de que esta filosofia da diferença é indissociável de um projeto político que confia no esclarecimento como a via privilegiada da liberdade. Ao buscar esclarecer as condições de funcionamento, contingências históricas e a legalidade específica do campo em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos, Foucault quer, sobretudo, “mostrar que o que é jamais foi, ou seja, é sempre na confluência dos encontros, dos acasos, no curso da história frágil, precária, que são formadas as coisas que nos dão a impressão de serem as mais evidentes”⁵.

1. As duas rupturas: Platão e Saussure

O texto seminal que inaugura a reflexão filosófica acerca da linguagem é o diálogo platônico chamado *Crátilo*. Aqui se formula o problema nuclear que servirá de eixo em torno do qual o pensamento sobre a linguagem se desenvolverá. Trata-se de

⁴ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.44.

⁵ FOUCAULT, *Estruturalismo e pós-estruturalismo*, p. 325.

justificar racionalmente em que consiste a “exata aplicação dos nomes” ou a “justeza dos nomes”, em outras palavras, busca-se esclarecer qual é o fundamento da relação entre signo e referente, nome e objeto, forma e conteúdo, ou ainda, entre as palavras e as coisas. O que está em jogo nesse problema é a própria possibilidade do conhecimento verdadeiro. O diálogo consiste na investigação de Sócrates das teses opostas de Hermógenes, para quem a origem e natureza das denominações são puramente convencionais, e Crátilo, para quem cada coisa tem por natureza um nome apropriado.

Face ao relativismo da tese de Hermógenes – segundo a qual se a verdade é o que parece a cada um, não apenas toda designação está correta, como não há diferença entre verdadeiro e falso, vício e virtude ou razão e loucura – Sócrates afirma um dos pressupostos básicos da doutrina platônica, a saber, que as coisas e suas ações (inclusive o ato de falar e nomear) possuem uma “essência permanente”⁶, isto é, uma existência natural e transcendente que funciona como critério de verdade da coisa e de sua maneira de ser. Assim, o nome “é a imitação vocal da coisa imitada”⁷, de modo que nomear corretamente implica exprimir com signos a ideia fundamental da coisa. Nesse sentido, como afirma Sócrates, Crátilo tem razão, pois os nomes derivam da natureza das coisas e bem aplicados revelam o caráter, o modo de ser ou a natureza própria de algo. Mas Crátilo erra ao explicar em que consiste a atribuição dos nomes às coisas. Isso porque o critério para a correção da imagem ou imitação não está no fato de ela ser exatamente igual à coisa designada, como o quer Crátilo, ou seja, não é possível identificar nome e coisa, pois a princípio uma imagem não possui a mesma propriedade dos originais e se possuísse seria mera duplicação, logo, seria impossível distinguir uma da outra. Portanto, para o nome ser bem formado é preciso apenas que ele contenha a imagem fundamental de cada coisa, razão pela qual pode variar as letras.

A tese de Crátilo ao afirmar que um nome imita perfeitamente a coisa, simplesmente por ser nome, defende que através do nome eu conheço a coisa, assim como conhecendo as coisas descobrimos seu nome. O problema é que se por um lado os nomes dizem a verdade acerca da coisa que designam, de modo que, para atribuir o nome é preciso conhecer as coisas, por outro lado, para conhecer as coisas é preciso já deter os nomes, ao menos, os nomes primitivos. A questão que coloca a tese de Crátilo em apuros concerne à origem mesma da linguagem, ou seja, como os primeiros legisladores apreenderam e designaram as coisas se os nomes primitivos, necessários para isso, não

⁶ PLATÃO, *Crátilo*, 386 e.

⁷ PLATÃO, *Crátilo*, 423 b.

tenham sido fixados e se para fixar os nomes é preciso apreender as coisas? Para resolver essa aporia da origem da linguagem, a qual Sócrates conduziu a tese de Crátilo, Sócrates dá um passo além daquele que é dado na investigação da tese de Hermógenes – em que se chegou à conclusão que a designação será verdadeira se imita a essência da coisa e falsa se não. Esse passo corresponde à instituição do critério de verdade para essa designação, critério esse que não se encontra na imanência da linguagem, mas será situado em um registro ontologicamente independente da experiência concreta dos indivíduos. Portanto, é um critério transcendente que autoriza e fundamenta a ligação entre signo e o referente, entre nome e o objeto, forma e conteúdo, as palavras e as coisas. O modo mais natural, seguro e belo de conhecer algo é partindo de sua própria verdade, não de suas imagens secundárias. Ou seja, “não é por meio de seus nomes que devemos procurar conhecer ou estudar as coisas, mas, de preferência, por meio delas próprias”⁸. É a partir dessa verdade intelectual que vamos avaliar a representação da verdade por suas imagens (nomes), não o inverso.

A principal consequência desse diálogo, razão pela qual esta obra inaugura a reflexão filosófica sobre a linguagem, está na redução do discurso à condição de mero suporte entre pensar e falar, simples instrumento de tradução do pensamento. A partir de Platão torna-se lugar comum a pressuposição de um horizonte de significação contínua de sentido, ou seja, anterior ao uso dos nomes existe uma verdade absoluta e necessária em relação a qual ao discurso só cabe encadeá-la, refleti-la, desdobrar seu sentido do interior ao exterior. A linguagem serve como um instrumento para compartilhar informações e distinguir as coisas. De modo que, o discurso verdadeiro e a possibilidade de conhecimento se reduzem à forma correta do enunciado proposicional que nos permite nomear ou designar as coisas, ou seja, “dizer por meio das palavras o que é e o que não é”⁹. Digno de nota é o fato de que nesta passagem Platão formula explicitamente pela primeira vez o conceito de verdade como correspondência, isto é, funda no ser o critério que garante e justifica a verdade do discurso.

A ideia de que há uma essência fundamental (por exemplo, uma cadeira ideal, ontologicamente independente da nossa experiência) que as palavras (associadas a um conceito intelectual) rotulam constitui, como sugere Derrida, o núcleo metafísico do pensamento ocidental. O enquadramento do discurso no esquema analítico da racionalidade (e de seu critério de verdade transcendente) é a resposta platônica à “luta

⁸ PLATÃO, *Crátilo*, 439 b.

⁹ PLATÃO, *Crátilo*, 385 b.

contra o enfeitiçamento de nosso intelecto pelos meios de nossa linguagem”¹⁰ de que falou Wittgenstein. Ela também será a matriz de outras saídas clássicas do âmbito movediço do discurso formado pelas palavras: como o *cogito* de Descartes, o *amor intellectualis Dei* de Spinoza, a analítica de Kant e a redução fenomenológica de Husserl.

A recusa da ideia de que a linguagem é um meio transparente de pensamento se consolida na virada linguística, movimento iniciado no século XX e idealizado por Wittgenstein. Aqui localizamos a segunda ruptura em relação ao pensamento da linguagem. O que está em jogo neste giro linguístico é a consideração da linguagem como paradigma, isto é, como eixo constituinte do pensamento.

Se na filosofia platônica o critério da verdade da relação de referência (entre signo/nome e referente/objeto) e o que autoriza o significado ou o sentido (a dimensão semântica) é a essência ou o ser, pode-se dizer que há um nível intermediário entre signo e referente que autoriza um modo de determinação do referente. Portanto, a questão do valor referencial do signo (ou seja, de como o signo pode representar aspectos da realidade) se dá formula na condição de que o signo deve ser representação não da realidade, mas uma imagem do modo de ser próprio de algo. Um possível esquema seria: signo – ideia – coisa.

Em Saussure, a preocupação com a fundamentação da referência entre signo e realidade (ou seja, a preocupação em fornecer aos signos um conteúdo para justificar como eles podem representar aspectos da realidade ou como ele pode ser aplicado aos objetos) é excluída. Trata-se de descrever os significados e sentido dos signos (objeto do linguista) sem se preocupar com o referente (com o que pode lhe corresponder no mundo), mas apenas em função das relações que os signos têm uns com os outros no interior da língua concebida como um sistema autônomo de diferenças. O esquema saussuriano seria restrito ao signo – significado/significante. Saussure não se preocupa em articular signo e mundo, pois a semântica da linguagem é autônoma. Ao definir o signo não como o que une uma coisa e um nome, mas como a união de conceito (significado, sentido) e significante (som), Saussure diz que o conceito de algo não é definido positivamente pelo seu conteúdo (referente) – ou seja, não são descrições de objetos reais, por isso não tem nada a ver com as ciências naturais –, mas negativamente através de suas relações diferenciais com os outros termos no interior do sistema simbólico da linguagem. Isso significa que só existe uma cadeira real no interior de um sistema simbólico que a

¹⁰ WITTGENSTEIN, *Investigações filosóficas*, § 109.

diferencia de todo o resto. Diferentemente da tradição, especialmente de Platão para quem o pensamento antecede a linguagem, cabendo a essa apenas expressá-lo ou desdobrar um sentido que lhe é anterior, para Saussure e a partir da virada linguística do XX é a linguagem que estrutura nossa percepção, constroi a realidade e possibilita o conhecimento, permanecendo tudo o que está fora da linguagem no domínio do inconcebível. Se em Platão pensamos para falar, para Saussure falamos para pensar.

Ao inscrever o fundamento do significado na imanência da linguagem, Saussure patrocina um movimento fundamental na ruptura com o núcleo metafísico da tradição. Porém, embora Saussure não considere a língua como tradução ou instrumento do pensamento, mas da comunicação, ao priorizar a língua (forma) prescindindo da fala (evento), pode-se dizer que ele mantém a elisão da realidade do discurso, na medida em que exclui da estrutura da língua a dinâmica histórica e social. É exatamente aqui, na necessidade de se pensar o discurso, além da linguagem, mas na sua verdade e realidade próprias, que inscrevemos Foucault. A análise do discurso de Foucault é original porque toma como ponto de partida a perspectiva dos saberes e práticas discursivas inscrevendo radicalmente as ordens do discurso no plano das formas históricas e contingentes. A inquietação que move Foucault no caminho de uma análise filosófica do discurso é a “inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita”¹¹.

2. A pragmática do discurso de Foucault

Esse deslocamento da abordagem acerca da questão da linguagem – que a interpela não a partir do seu papel coadjuvante de tradução do pensamento, como logos identificado com a realidade ou como sistema linguístico autônomo, mas a partir de sua materialidade, isto é, enquanto existência transitória e contingente com a qual o discurso irrompe num ato arbitrário e violento nos jogos do pensamento e da linguagem –, é o que caracteriza a singularidade da análise do discurso feita por Foucault e a razão pela qual esta se apresenta como pragmática do discurso. Pois, trata-se para o filósofo de

acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos

¹¹ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.8.

livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.¹²

Mas, prossegue Foucault, “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?”¹³ Por que e a serviço de quais interesses a materialidade do discurso, ou seja, sua realidade específica foi negada e marginalizada pela perspectiva dominante na tradição filosófica? O que significa o deslocamento operado por Foucault? Por que essa mudança caracteriza a singularidade de sua filosofia e quais as potencialidades que abre?

Essas perguntas nos conduzem ao trabalho negativo ou crítico da análise pragmática do discurso de Foucault, que será desenvolvida nas obras *A ordem do discurso* e *Arqueologia do saber*. No livro *A ordem do discurso* o próprio filósofo postula seu ponto de partida:

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.¹⁴

Gostaríamos de chamar atenção para duas questões essenciais para a compreensão da problemática instaurada pelo tópico da pragmática do discurso de Foucault: em primeiro lugar, a questão de que em *toda* sociedade a produção e os poderes do discurso são controlados através de procedimentos específicos; em segundo lugar, o fato de que esses jogos de delimitação e exclusão visam em última instância banir a sua materialidade. Tratam-se de questões acerca da espécie destes procedimentos e sobre a razão pela qual a materialidade do discurso é o inimigo a ser combatido em nome da própria sociabilidade, ou seja, por que é preciso suprimir a realidade do discurso?

No livro *A ordem do discurso* Foucault analisará tais procedimentos de controle, de dominação e limitação dos poderes e da produção do discurso. Cada um dos três sistemas de restrição identificados visa controlar uma dimensão do discurso: o primeiro grupo exerce sobre o este uma coerção exterior que visa limitar seus poderes, operando através de três princípios, a saber, a interdição (qualquer pessoa não pode dizer qualquer coisa em qualquer circunstância), a separação e rejeição (cesura entre a loucura

¹² FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.28.

¹³ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.8.

¹⁴ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.8-9.

e a razão) e a oposição do verdadeiro e do falso (a questão da vontade de verdade); o segundo grupo configura dispositivos que, do interior do próprio discurso, visam estabilizar a aleatoriedade de sua aparição, são eles o princípio do comentário (limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e do mesmo), o princípio do autor (limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da individualidade e do eu) e princípio da organização das disciplinas (limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras); o último conjunto de jogos de coerção tem como objetivo selecionar os sujeitos que falam por meio de mecanismos que podem ser designados como ritual (define o conjunto de signos, papeis, gestos, circunstâncias nas quais o discurso é proferido), sociedade de discurso (visa conservar a produção dos discursos fazendo-os circular num espaço fechado), doutrinas (visa a manutenção de um discurso através da ortodoxia) e educação (seleciona e distribui os discursos para públicos determinados). Tais princípios de rarefação do discurso respondem a três critérios fundamentais: são arbitrários e históricos, i.é., são contingentes e modificáveis; apoiam-se sobre um suporte institucional, ou seja, são reforçados por uma espessura de práticas e reconduzidos pelo modo como o saber é aplicado, valorizado e distribuído em uma sociedade; por isso, exercem-se sob pressão e violência, assim como desempenham um poder coercitivo sobre os outros discursos.

Esses jogos de limitações e exclusões ressoam na filosofia a partir de um conjunto de temas que contribuem para justificá-los e reforçá-los, a despeito da aparente “logofilia” que caracteriza a tradição filosófica ocidental. Os temas dizem respeito à filosofia do sujeito fundante (que postula um sujeito metafísico que funda o horizonte de significação, um fundamento último do qual se deduz todas as proposições e que tem no *cogito* cartesiano uma de suas formulações mais contundentes); o tema da experiência originária (que traduz um conjunto de significações ou representações anteriores que já dispõem o mundo para nós, a qual também podemos remeter a Descartes e aos princípios a priori da razão de Kant); e o tema da mediação universal (que encontra um logos em todas as coisas e acontecimentos, transformando a realidade em discurso, isto é, a filosofia da história hegeliana).

Analogamente, na obra *Arqueologia do saber*, Foucault direciona sua análise para todo um “jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da

continuidade”¹⁵: a noção de tradição, de influência, desenvolvimento e evolução, mentalidade e espírito, recortes e agrupamentos familiares, e por fim, a ficção da unidade do livro e da obra. Estas, assim como os princípios de coerção do discurso analisados em *A ordem do discurso*, também cumprem a função precisa de enquadrar o discurso em uma história contínua, progressiva e teleológica da racionalidade, controlar a dispersão e remeter a relatividade a um fundo de permanência, a um único e mesmo princípio de organização e coerência. Em suma, todos esses recursos visam conjurar a ameaça e o perigo da abertura e da materialidade do discurso, sua irrupção contingencial e descontínua que se dá no campo das práticas, em nome de unidades ou conjuntos discursivos nos quais todos os enunciados se desdobram dedutivamente a partir de um único núcleo ou princípio unificador.

O objetivo de ambas as análises promovidas por Foucault é desmistificar a autoevidência destes temas e noções com a qual eles se impõem e se furtam a questionamentos, a fim de liberar os problemas que atravessam essas “continuidades irrefletidas pelas quais se organizam, de antemão, os discursos que se pretende analisar”¹⁶. Na esteira da crítica nietzschiana da linguagem, que desvelou por trás da fixidez da linguagem uma dinâmica de luta por precedência e poder entre *quanta* de forças, Foucault recoloca o questionamento acerca destas

formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno, é preciso, pois mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas; definir em que condições e em vista de que análises algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem mais ser admitidas¹⁷.

Em suma, trata-se de suspender provisoriamente (procedimento semelhante à dúvida cartesiana ou a suspensão fenomenológica) a validade destas sínteses com as quais operamos, organizamos e articulamos, até agora automaticamente, nossos discursos. Foucault mostra que longe de serem o que se acreditava que fossem à primeira vista, elas “exigem uma teoria; e que essa teoria não pode ser elaborada sem que apareça, em sua pureza não sintética, o campo dos fatos do discurso a partir do qual são construídas”.¹⁸

¹⁵ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.23.

¹⁶ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.27.

¹⁷ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.28.

¹⁸ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.29.

O que autoriza a crítica dessas sínteses inteiramente formadas é sua remissão ao campo dos “fatos de discurso”, isto é, ao pano de fundo histórico e contingencial dos acontecimentos ou práticas discursivas, no qual essas unidades emergem elas mesmas como fatos a serem analisados ao lado de outros. A intenção de Foucault por trás dessa redução é testar – no âmbito do discurso, eixo sobre o qual gravita seu pensamento na década de 60 – um método de análise histórica isento de qualquer antropologismo e humanismo, portanto, livre das teleologias e totalizações. Por isso, a análise do discurso opera essa redução pragmática desses grandes conjuntos enunciativos que se apresentam como unidades autóctones e universalmente reconhecíveis, assim como dos jogos de noções (categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas) que os constituem, à dinâmica específica do campo dos fatos do discurso em que eles surgem e se constroem a partir de relações complexas com outros fatos.

Uma vez suspensos esses princípios, formas e temas que controlam os discursos em uma sociedade, todo um domínio encontra-se liberado. Este domínio é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (falados ou escritos) em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. A análise do discurso de Foucault desemboca na descoberta de uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Esse registro é análogo ao que Foucault designa como “episteme” na obra *As palavras e as coisas* de forma que assim como esta ele funciona como um “a priori histórico”. Este é precisamente o solo do qual parte a pragmática discursiva de Foucault concebida enquanto o “projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam”¹⁹. Portanto, a análise do discurso não mais se pautará na remissão do discurso a um conjunto de significações anteriores, que ao discurso cabe explicitar, mas na remissão a sua própria materialidade, anterior à formalização. A questão a ser respondida não é mais “o que se dizia no que estava dito?”, e sim “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?”²⁰

Porém, Foucault não visa apenas liberar a instância do acontecimento enunciativo da língua e do pensamento, assim como de todos os grupamentos considerados como unidades naturais, imediatas e universais. O trabalho não se esgota no seu papel negativo ou crítico. Como indicamos, a suspensão da validade “autoevidente” desses conjuntos é apenas provisória, longe de ser uma denegação dogmática, trata-se de

¹⁹ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.30.

²⁰ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.31.

desfazê-los para posteriormente “saber se podemos recompô-los legitimamente”. Foucault pretende lançar as bases teóricas de um novo método de análise histórica, cuja face positiva e afirmativa fica patente na recomendação que nos faz, por questões de método, da necessidade de se adotar algumas disposições, procedimentos e noções do pensamento que, embora incômodos, porque pouco familiares, são potencialmente reveladores de outras formas de regularidade, jogos de relações e unidades.

Primeiramente, deve-se adotar um princípio de inversão, que significa reconhecer nas figuras e formas nas quais a tradição situou a fonte e o princípio de desenvolvimento dos discursos – como o princípio do autor, disciplina, comentário, unidade da obra etc, – jogos de coerção, estratégias artificiais de controle do discurso e exorcismo da sua materialidade. Tais jogos, adverte Foucault, devem ser analisados eles mesmos enquanto fatos do discurso.

Em segundo lugar, a adoção de um princípio de descontinuidade diz respeito à decisão deliberada segundo a qual “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”²¹. Nas palavras de Foucault, “decidi-me a não negligenciar nenhuma forma de descontinuidade, de corte, limiar ou de limite. Decidi-me a descrever enunciados no campo do discurso e as relações de que são suscetíveis”²². Esta disposição metodológica possibilita a crítica da vontade de verdade, que mascara sob a necessidade da forma a origem arbitrária, convencionada e contingente, a saturação de desejo e poder indissociáveis do discurso, bem como ratifica a rejeição da tentação habitual de querer reencontrar por baixo daqueles sistemas de rarefação ou por trás de todas as formas e acontecimentos da realidade um grande discurso contínuo, ilimitado e silencioso, que se deveria articular ou pensar. Outro aspecto fundamental da noção de descontinuidade é a possibilidade de romper com a compulsiva remissão do discurso a uma origem secreta e originária, a um ponto indefinidamente recuado e, portanto, inalcançável. Pois é precisamente esse expediente, próprio das tradicionais filosofias da história, que torna impossível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro no “jogo de sua instância”, considerando-se sua aleatoriedade, materialidade e singularidade. Ao situar a descontinuidade no fato do enunciado, no ato de sua irrupção histórica ou de sua irreduzível emergência, Foucault restitui ao enunciado sua singularidade de acontecimento e também restaura a noção de descontinuidade como um dos elementos

²¹ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.50.

²² FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.35.

fundamentais da nova análise histórica advogada pelo filósofo. A descontinuidade deixa de ser considerada como “o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história”, a fatalidade e o fracasso da leitura histórica como compreendia a história tradicional, para se tornar na perspectiva da “história nova” o elemento positivo fundamental da análise histórica, um conceito operatório integrado ao discurso e à prática do historiador. De forma que o fato dessa mutação epistemológica não ter sido suficientemente explicitada ou compreendida, deve-se à dificuldade em se formular uma “teoria geral da descontinuidade, das séries, dos limites, das unidades, das ordens específicas, das autonomias e das dependências diferenciadas”²³. Dificuldade que apenas se explica na medida em que manifesta uma “repugnância singular em pensar a diferença, em descrever os afastamentos e as dispersões, em desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico”²⁴. Portanto, é o medo de pensar o outro que nos mantém acorrentados a um pensamento da história como o lugar das continuidades ininterruptas, discurso do contínuo e garantia da soberania do sujeito, em suma, da antropologia e do humanismo.

Uma terceira disposição de método diz respeito à admissão de um princípio de especificidade a fim de garantir a restituição ao discurso da sua realidade específica, a saber, seu caráter de acontecimento. Trata-se de esquivar-se do amparo fornecido pelo recurso a uma providência pré-discursiva e, com isso, suspender a “soberania do significante”²⁵. O discurso deve ser concebido como “uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.”²⁶

Uma quarta recomendação concerne à adoção irrevogável da perspectiva da exterioridade do discurso. Foucault nos alerta que não devemos passar do discurso para seu núcleo interior, âmago de um pensamento ou significação anterior, mas partir do próprio discurso para suas condições externas de possibilidade e regularidade, dimensão a partir da qual é possível responder à pergunta pela sua singularidade.

Além disso, Foucault desloca as noções que devem servir como princípios reguladores da análise. As noções de criação, unidade, originalidade e significação que animaram a história tradicional das ideias, são substituídas ponto por ponto na nova

²³ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.13.

²⁴ FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p.13-14.

²⁵ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.48.

²⁶ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.50.

análise histórica promovida por Foucault pelas noções de acontecimento, série, regularidade e condição de possibilidade. O postulado de um princípio de agrupamento do discurso, que garanta sua unidade e originalidade criativa, funcionando como princípio de sua coerência e núcleo de sua significação é deslocado e substituído pela abordagem do discurso em sua irrupção dispersiva como acontecimento, registro onde se buscarão a partir de suas redes de contingências os princípios de sua regularidade e condições de possibilidade. As noções de consciência e continuidade (com seus problemas correlatos, i.é., da liberdade e da causalidade), assim como as noções de signo e estrutura, perdem a centralidade em nome das noções de série e descontinuidade. Ao invés de buscar reconstituir outro discurso, a palavra muda, o texto invisível, o sentido precedente por trás do discurso, Foucault orienta sua análise dos discursos pela necessidade de compreender o enunciado na sua estreiteza e singularidade de sua situação, descrever as formas de regularidades e o jogo de correlações com outros enunciados, “estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição”²⁷. Por mais efêmero e banal um enunciado é um acontecimento inesgotável, paradoxal na medida em que é único e ao mesmo tempo aberto à repetição e transformação.

Conclusão

A segunda imagem que se ajusta ao pensamento de Foucault é o modo como ele se articula como uma verdadeira máquina de guerra. A crítica à tradição é um dos eixos motores dessa filosofia da diferença, apresentando-se nesta sob múltiplos registros, aspectos e com várias consequências. A crítica se dirige, por exemplo, ao historicismo (e filosofias da história), humanismos, psicologismos, antropologismos, à fenomenologia e ao estruturalismo, embora a relação com este seja essencialmente ambígua. No entanto, Foucault não se encontra sozinho, na tradição do pensamento ele toma a via aberta por Marx, Nietzsche, Artaud, Bataille e de certo modo Spinoza, além de resgatar vozes a muito tempo banidas do discurso autorizado, a saber o louco, o monstruoso, o criminoso, o irredutivelmente disperso. É através desse caleidoscópio de relações que o filósofo nos convida a acompanhá-lo no desafio de adentrar no universo próprio do discurso, para

²⁷ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.53.

pensá-lo em sua materialidade, depurá-lo das marcas da identidade e da eternidade, com as quais a tradição tentou impor-lhe uma ilegítima estabilidade e objetividade. Trata-se, portanto, de abordar o discurso tal como ele é realmente, atravessado por lutas, vitórias, ferimentos, servidões, dominações, perigos e poderes que a tradição jurou conjurar através do controle.

Pode-se dizer que um dos objetivos de Foucault é abrir epistemologicamente o caminho à criação, acolhendo a diferença e seu potencial desestabilizador no interior da sua filosofia. Nas palavras do próprio filósofo, “Este tênue deslocamento, temo reconhecer nele como que uma pequena (e talvez odiosa) engrenagem que permite introduzir na raiz mesma do pensamento o *acaso*, o *descontínuo* e a *materialidade*.”²⁸ Porém o deslocamento operado por sua análise histórica, aqui examinada em relação ao discurso, ultrapassa o domínio da linguística e abre o caminho para uma filosofia de caráter eminentemente político. Na qual, para concluir, gostaríamos de inscrever a análise pragmática do discurso do qual examinamos alguns pontos.

Em Foucault, a luta para produzir e defender a diferença serve a um projeto político que vê no esclarecimento uma das vias privilegiadas para a conquista da liberdade. Na medida em que nossa experiência individual e social é construída nesse campo discursivo do qual Foucault busca apreender a lei, depreende-se que é por meio da libertação do discurso das unidades e dos sistemas de controle e coerção que sobre ele se impõem restringindo a área de legitimidade do discurso, que é possível criar uma nova realidade, mais livre e condizente à pluralidade dos indivíduos. No cerne desse ativismo filosófico-político de Foucault podemos situar a famosa frase de Wittgenstein que no ponto 5.6 do *Tractatus* afirmou “os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo.”²⁹

Um dos exemplos mais persuasivos da reação extremamente violenta à qual estão sujeitos todos os discursos que excedem os limites prescritos pelos mecanismos de coerção e exclusão que atuam nas sociedades é a excomunhão de Spinoza, em 1656, pelos judeus da Sinagoga Portuguesa de Amsterdã. O banimento do jovem Spinoza, então com apenas 23 anos, da comunidade judia, revela-nos algo importante acerca do motivo pelo qual *todas* as sociedades operam com tais sistemas de controle do discurso, como indicou Foucault. O discurso ultrajante e blasfemo de Spinoza ao desrespeitar um dogma fundador do judaísmo deve ser punido com a expulsão da comunidade, porque ameaça

²⁸ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.56.

²⁹ WITTGENSTEIN, *Tractatus Logico-Philosophicus*, p.245.

sua coesão e unidade. O terror que se quer comunicar por meio de semelhante condenação se baseia no medo arcaico da espécie humana que durante milhares de anos associou o banimento social à certeza da morte. Este evento reedita tal temor e serve para alertar todos os componentes de um grupo social qual é o destino dos transgressores (e seus discursos potencialmente revolucionários), a saber, o exílio, um dos símbolos primários da morte. Essa ferocidade pode ser visualizada no trecho seguinte trecho da carta,

(...) Com a sentença dos Anjos e dos Santos, com o consentimento do Deus Bendito e com o consentimento de toda esta Congregação, diante destes santos Livros, nós heremizamos, expulsamos, amaldiçoamos e esconjuramos Baruch de Spinoza, com os seiscentos e treze preceitos que estão escritos neles, com o Herem com que Josué excomungou Jericó, com a maldição com que Elias amaldiçoou os moços, e com todas as maldições que estão escritas na Lei. Maldito seja de dia e maldito seja de noite, maldito seja em seu deitar, maldito seja em seu levantar, maldito seja em seu sair, e maldito seja em seu entrar. (...) [Herem – anátema – pronunciado contra Spinoza, em 27 de julho de 1656]

Foucault se coloca na posição de Espinosa, porém, totalmente consciente da razão e dos mecanismos de autoproteção dos discursos hegemônicos. E sua filosofia desponta como instrumento de ativismo, ou ainda, a filosofia se converte ela mesma em ativismo político, na medida em que a crítica filosófica se dirige à análise de problemas pontuais, sendo sempre orientada pelo presente e irremediavelmente histórica. É na articulação entre filosofia, história e atualidade, que Foucault desloca a pergunta de Kant pelos limites que a razão deve respeitar para assegurar sua legitimidade, para a pergunta pelos limites ilegítimos a serem questionados e transgredidos, pois “o trabalho do intelectual é certamente, em um sentido, dizer o que existe, fazendo-o aparecer como podendo não ser, ou podendo não ser como ele é.”³⁰

Usando a filosofia para tensionar as verdades instituídas, desvelando sua história e como elas escondem hierarquizações de poder, Foucault participou teórica e praticamente de movimentos vanguardistas de contestação, como a luta antimanicomial (*História da loucura*), a crítica ao sistema prisional (*Vigiar e Punir*), movimento gay (*História da sexualidade*) entre outros. Portanto, sua análise do discurso é também uma demanda de liberdade no campo da linguagem, pois com ela Foucault quer “*Mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiro,*

³⁰ FOUCAULT, *Estruturalismo e pós-estruturalismo*, p. 325.

por evidentes, certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída.”

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. Estruturalismo e pós-estruturalismo (1983). In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

PLATÃO. Crátilo. In: PLATÃO. *Teeteto-Crátilo*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988. p. 101-177.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.